



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
Centro de Humanidades Osmar de Aquino
Departamento de História
Curso de Licenciatura Plena em História

**ENSINO, HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES
INICIAIS NO BRASIL.**

Leidiany Laurindo dos Santos

Guarabira- PB
2016

LEIDIANY LAURINDO DOS SANTOS

**ENSINO, HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES
INICIAIS NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Guarabira- PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237e Santos, Leidiany Laurindo dos
Ensino, história e o ensino de história nas séries iniciais no
Brasil. [manuscrito] / Leidiany Laurindo dos Santos. - 2016.
19 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Profa. Ms.Mônica de Fátima Guedes de
Oliveira, Departamento de Educação".

1. Ensino. 2. História. 3. Ensino de História. I. Título.
21. ed. CDD 372.890


LEIDIANY LAURINDO DOS SANTOS

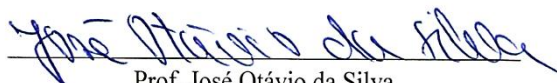
**ENSINO, HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES
INICIAIS NO BRASIL.**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para
obtenção do grau de Licenciada em História.
Orientadora: Profa. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Aprovado em, 31/03/2016

BANCA EXAMINADORA


Profa Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora


Prof. José Otávio da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinador


Profa. Emília Cristina Ferreira de Barros
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

GUARABIRA
2016

ENSINO, HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS NO BRASIL.

Leidiany Laurindo dos Santos

leidiany.laurindo12@gmail.com

Orientadora: Monica de Fátima G. de Oliveira

monicachuepb@gmail.com

RESUMO

Ensinar é criar as possibilidades para produção e construção do conhecimento, particularmente ensinar História não tem sido uma tarefa fácil, pelo contrário, tem se apresentado como um verdadeiro desafio para nossa sociedade garantir um ensino de história, capaz de levar nossos jovens a refletir e interferir de forma consciente na realidade de sua comunidade. Desta forma, este trabalho tem como finalidade principal analisar o processo de construção e elaboração de políticas públicas educacionais, com ênfase para o ensino de História nos anos iniciais no Brasil, apresentando as grandes transformações ocorridas no campo do ensino de História, resultantes dos embates políticos, filosóficos e educacionais travado principalmente, a partir da redemocratização do país até os dias atuais e apresentar a busca pela elaboração de um currículo “uniforme” para o ensino de História, que possa garantir aos estudantes um ensino eficaz, diante da nova realidade global e voraz que se vive.

Palavras-chave: Ensino, Historia, ensino de História.

INTRODUÇÃO

O ensino é muito mais do que um mero exercício de difundir informações importantes para o desenvolvimento pessoal e profissional de um indivíduo. Ensinar é, antes de tudo, criar as possibilidades para a produção e construção do conhecimento, mesmo com todas as dificuldades presentes em nosso sistema de ensino.

As grandes transformações no ensino, ocorridas nas últimas décadas, de forma geral, e em especial no ensino História nas séries iniciais em nosso país, constituem-se em motivação para a elaboração deste escrito, que tem como finalidade:

- Analisar o processo de construção e elaboração de políticas públicas educacionais gerais, com ênfase no ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil;
- Evidenciar a educação como elemento de maior importância para a vida social e cultural do ser humano na contemporaneidade e as contribuições que o ensino de História tem dado para a concretização deste processo;
- Entender a prática do ensino de História no contexto da educação brasileira e de que forma esse ensino tem contribuído para a formação de alunos capazes de analisar e interferir na realidade em que vivem;
- Contribuir, através dos resultados alcançados com a pesquisa, principalmente no que diz respeito ao ensino de História, para a formação de uma base teórica, que sirva como instrumento para a criação e implementação de políticas públicas e/ou educacionais que busquem o desenvolvimento de um ensino capaz de atender as novas perspectivas do ensino e da realidade social atual.

Na realização desse trabalho levou-se em consideração a grande importância de uma pesquisa que procurasse entender o processo de ensino de História nas séries iniciais e a relevância que este ensino tem para a formação de alunos capazes de compreender e transformar a realidade social em que vivem. Para tal, optou-se por uma metodologia descritiva e analítica.

Os dados e informações levantados foram selecionados, avaliados e transmitidos de modo sequenciados. Desta forma, foram selecionados através de uma consulta bibliográfica,

livros, revistas especializadas, monografias, dissertações, teses, artigos, fontes de internet e outros trabalhos publicados sobre o assunto proposto.

Na última fase do trabalho foi realizada a redação, digitação e organização gráfica. Entretanto, estas fases de realização do trabalho não são estáticas, podendo, em determinados momentos, ser trabalhadas mais de uma dessas fases.

O ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino pode ser entendido como o processo facilitador da aprendizagem, não se trata da simples transferência do conhecimento do professor para o aluno, pois, ensinar não é simplesmente passar informações de uma mente para outra como objetos de uma gaveta para outra. Na pedagogia tradicional, a proposta da educação é centrada no professor cuja função define-se por vigiar os alunos, ensinar a matéria e corrigi-la. Segundo LIBÂNEO (1987, p. 24), a metodologia decorrente de tal concepção tem como princípio a transmissão dos conhecimentos através da aula do professor, frequentemente expositiva, numa sequência predeterminada e fixa, enfatiza a repetição de exercícios com exigências e de memorização.

Para Freire (1996, p.21) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Neste sentido a pedagogia moderna vê o professor como facilitador no processo de busca do conhecimento que deve partir do aluno. Cabe ao professor organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais.

De acordo com Libâneo (1996), o ensino é o instrumento pelo qual o indivíduo adquire a instrução, mediante as ações, meios e condições para realização desta. Percebe-se então que a instrução corresponde à formação intelectual, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de determinado nível de conhecimentos sistematizados.

Entre as disciplinas contempladas na grade curricular das escolas, *História* é o ramo do conhecimento humano que nos moldes que a entendemos nos dias atuais, teve sua origem na Grécia, como percebe-se na afirmativa a baixo:

“‘História’ é uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação. Ela surge no século VI antes de Cristo (a.c). Para nós, homens do ocidente, a história, como hoje a entendemos, iniciou-se na região mediterrânea, ou seja, nas regiões do Oriente próximo, da costa norte-africana e da Europa Ocidental”. (BORGES, 2003, p.11)

Definir a palavra história, considerando esta como ramo do conhecimento humano e disciplina escolar, que ocupa espaço importante na vida estudantil de alunos de todos os níveis de aprendizagem, não é tarefa fácil, embora comumente as pessoas a todo instante a conceitue. Algumas apresentam elementos relacionados, outras a faz de forma precária, imprecisa, vaga e até mesmo preconceituosa. Mas a final podemos nos perguntar o que é História? Como já foi dito, responder a esta questão não é nada fácil e a literatura a esse respeito não apresenta uma resposta unânime.

Para Vavy Pacheco Borges (2003, p. 47-48), a história seria: nada mais nada menos, que a própria história do homem e o estudo desta história, por tanto, conclui-se que a história entendida como ciência humana, refere-se aos acontecimentos que se passaram e o estudo desses acontecimentos.

“A história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo. Desde o início, portanto, pode-se tirar uma conclusão fundamental: Quer saibamos ou não, quer aceitemos ou não, somos parte da história, e todos nela desempenhamos um papel. E temos então todos, desde que nascemos, uma ação concreta a desempenhar nela.” (Borges, 2003, p. 47-48)

Cabe perceber que, “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.” (MARX e ENGELS, s./d., vol. 1, p. 203).

Neste mesmo sentido, Borges (2003, p. 48), vai afirmar que são os homens realmente que constroem a história, mas a constrói dentro das condições reais que encontra estabelecidas por gerações passadas e, portanto a história não pode ser realizada nas condições ideais que sonhamos.

De acordo com o entendimento aqui já descrito, sob o que seria o ensino de História, que de forma resumida pode ser entendido como: o processo pelo qual o indivíduo adquire determinado nível de conhecimento (instrução) e os acontecimentos do passado da humanida-

de e o estudo destes acontecimentos respectivamente. Conclui-se que o ensino de história é o instrumento pelo qual o indivíduo adquire determinado nível de conhecimento sistematizado acerca dos acontecimentos do passado. Ou seja, é o processo pelo qual o homem passa a conhecer de forma sistematizada sua própria história, através dos acontecimentos do passado.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), a História tem sido desde a constituição do estado brasileiro, um conteúdo presente no currículo escolar, porém, o ensino da História como disciplina autônoma só foi criado no século XIX, junto com a criação do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, que em seu primeiro regulamento, de 1838, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir da sexta série.

O ensino de História acompanhou os percalços da história brasileira, os fatos e transformações econômicas e sociais ocorridas, ditaram as mudanças e o desenvolvimento da História como disciplina escolar.

Foi só a partir da década de 60 que o ensino de História e o ensino em geral passaram a ter uma lei que fixasse suas diretrizes e bases (LDB) em 1961, com a Lei nº 4024/61 de 20/12/1961, modificada pela Lei 5540/68 de 28/11/1968, que fixou normas de funcionamento e organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e pela Lei nº 5.692/71 de 11/08/1971, que oficializou o ensino de Estudos Sociais, e relegou o ensino de História apenas ao antigo segundo grau. (SIQUEIRA, 2010, p. 310-315)

“Os Estudos Sociais contemplavam os chamados pré-requisitos de aprendizagem, apresentando a necessidade da aquisição de noções e de conceitos relacionados às Ciências Humanas. Para compreender a realidade social, o aluno deveria dominar, em princípio, entre outras noções, a de tempo histórico. Mas, o desenvolvimento dessa noção limitava-se a atividades de organização do tempo cronológico e de sucessão: datações, calendário, ordenação temporal, sequência passado-presente-futuro. A linha do tempo, amarrada a uma visão linear, foi sistematicamente utilizada como referência para organizar progressivamente os acontecimentos e os períodos históricos”. (PCN’S, 1997; p. 26)

Durante todo o período aqui já mencionado, o ensino de História teve sua concepção, os conteúdos e metodologias atrelados às formas tradicionais de ensino. Sendo, somente na década de 1980 que se começou a debater a forma como a História era ensinada nas escolas e nas universidades.

“No processo de democratização dos anos 80, os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares dos estados e municípios. Simultaneamente, as transformações da clientela composta por vários grupos sociais que viviam um intenso processo de migração, do campo para as cidades, e entre os estados, com acentuada diferenciação econômica, social e cultural, também forçaram mudanças na educação. As novas gerações de alunos habituaram-se à presença de no-

vas tecnologias de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, que se expandiram como importantes canais de informação e de formação cultural. Entrava pelas portas das escolas uma nova realidade que não poderia ser mais ignorada. O currículo real forçava mudanças no currículo formal. Diversos agentes educacionais passaram a discutir e desenvolver novas possibilidades de ensino. Neste contexto, os professores tiveram papel importante na constituição do saber escolar, diminuindo o poder dos chamados técnicos educacionais.” (PCN’S, 1997; p. 26-27)

De acordo com Schmidt e Cainelli (2004), o combate a proposta de Estudos Sociais, identificada com os interesses e a ideologia dos representantes da ditadura militar brasileira, trouxe a perspectiva de recolocar professores e alunos como sujeitos da história, enfrentando a forma tradicional de ensino trabalhada na maioria das escolas brasileiras, a qual era centrada na figura do professor como transmissor e na do aluno como receptor passivo do conhecimento histórico.

Para Fonseca (2010), Com a redemocratização do Brasil, consolidou-se, na primeira década do século XXI, um diversificado modo de pensar e ensinar História. A realidade escolar brasileira é complexa, plural e desigual. Não há um ensino único, nem um conhecimento histórico exclusivo. A produção historiográfica e educacional, as publicações sobre ensino e aprendizagem de História evidenciam uma diversidade de temas, problemas, abordagens e fontes relevantes para o Ensino de História, produzidos por diferentes agentes (professores, historiadores, educadores, produtores de materiais) em vários espaços educativos. Em diálogo com experiências internacionais, o movimento de debates no campo do ensino de História no Brasil demonstra avanços da área na busca de respostas às questões emergentes da sociedade.

No contexto dos dias atuais, a História em quanto disciplina escolar, presente na grade curricular dos diversos níveis do ensino no Brasil tem desempenhado relevante papel na formação de cidadãos mais conscientes de seus papéis na sociedade contemporânea. Neste sentido:

“A História tem permanecido no currículo das escolas, constituindo o que se chama de saber histórico escolar. No diálogo e no confronto com a realidade social e educacional, no contato com valores e anseios das novas gerações, na interlocução com o conhecimento histórico e pedagógico, o saber histórico escolar tem mantido tradições, tem reformulado e inovado conteúdos, abordagens, métodos, materiais didáticos e algumas de suas finalidades educacionais e sociais. Nesse diálogo tem permanecido, principalmente, o papel da História em difundir e consolidar identidades no tempo, sejam étnicas, culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação. Nele, fundamentalmente, têm sido recriadas as relações professor, aluno, conhecimento histórico e realidade social, em benefício do fortalecimento do papel da História na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos, dos outros, da sua inserção em uma sociedade histórica e da responsabilidade de todos atuarem na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas.” (PCN’S, 1997; p. 29)

De acordo com Fonseca (2010), o lugar e o papel ocupados pela História na educação básica brasileira, na atualidade, derivam, pois, de transformações na política educacional e no ensino de História, conquistadas a partir de lutas pela democracia nos anos 1980, da promulgação da Constituição Federal de 1988, da implantação das novas leis e diplomas legais, que passaram a regular a educação e o ensino no país.

No que se refere ao ensino de História, esse novo momento passou a apontar novas perspectivas, conhecer os apontamentos legais para o ensino de História faz-se necessário, uma vez que essa nova realidade ajuda a compreender melhor o processo de ensino de História atual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), conhecida comumente como LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. “A LDB também resulta de disputas e negociações entre vários grupos da sociedade brasileira (educadores, empresários, gestores do governo, legisladores, partidos políticos, entre outros), desde 1988.” (FREITAS, 2010, p.149)

Considerada a lei maior da educação escolar, a LDB inclui o ensino de História desde a modalidade de educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio. Como pode-se ver:

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). § 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.[...] § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” (BRASIL, 1996, p. 10-11)

De acordo com Freitas (2010), a LDB estabelece diretrizes e competências para a elaboração dos currículos e conteúdos mínimos do ensino Fundamental e Médio. Mas a seção dedicada às “disposições gerais” da “educação básica” (infantil, fundamental e médio) já faz referências (diretas e indiretas) aos conhecimentos históricos. Como pode ser visto na transcrição acima do Art. 26, parágrafos 1º e 4º.

Para Fonseca (2010), a história é dinâmica, palco de lutas e práticas sociais. Novas alterações foram feitas na legislação em decorrência das lutas políticas, articuladas ao movimento acadêmico multicultural crítico. Em 2008, a Lei Federal nº 11.645 alterou a Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Foram feitas alterações e modificações no artigo “26-A” e respectivos parágrafos, acrescentando a obrigatoriedade dos estudos referentes à questão indígena, passando o texto a ter a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).” (BRASIL, 1996, p.11-12)

Diante de novas realidades e necessidades, o Governo Federal, por meio da Lei nº.11.274/2006, alterou a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB, ampliando para nove anos a duração do ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir de 6 anos. Desde então, passaram a ser discutidas novas diretrizes curriculares nacionais no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo que, em 9 de julho de 2010, foi publicado o texto do Parecer e o Projeto de Resolução (Parecer CNE 7/2010) aprovado pelo CNE e homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

Segundo Fonseca (2010), o parecer 7/2010 do CNE reitera a configuração da educação básica em três etapas: educação infantil; o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos e o ensino médio, com duração mínima de 3 anos. Na estrutura curricular que deve integrar a base comum nacional, o ensino de História está contemplado no Item C do artigo 14, que estabelece como componente curricular: “o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígenas” (Parecer CNE 7/2010, p.66.).

Os PCNs de História, ressalvadas as devidas críticas, quanto sua gênese, implementação e funcionalidade, correspondem a mais um instrumento legal patrocinado pelo Governo Federal, em sua busca por um currículo “uniforme” para o ensino da disciplina, algo que não

é inerente, apenas ao ensino de História, pois, os PCNs foram construídos com a finalidade de estabelecer uma base curricular comum para a educação nacional.

Para o ensino fundamental, interessa, particularmente para este momento, observar a seguinte estrutura apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacional de História:

Quadro n. 1 - Parâmetros Curriculares Nacionais - História (1º e 2º ciclos)		
P l a n o G e r a l d a O b r a	Caracterização da área de História	A História no Ensino Fundamental (entre a História sagrada e a História profana, civilização e nacionalismo; da História aos Estudos Sociais, o retorno da História e da Geografia); o conhecimento histórico: características e importância social.
	Aprender e ensinar História no ensino fundamental	O ensino e a aprendizagem de História envolvem uma distinção básica entre o saber histórico, como campo de pesquisa e produção de conhecimento do domínio de especialistas, e o saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar.
	Objetivos gerais de História para o ensino fundamental	Espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações.
	Conteúdos de História: critérios de seleção e organização	A proposta privilegia no primeiro ciclo, a leitura de tempos diferentes no tempo presente, em um determinado espaço, e a leitura desse mesmo espaço em tempos passados. No segundo ciclo, sugere estudos sobre história de outros espaços em tempos diferentes. A predominância está voltada para as histórias sociais e culturais, sem excluir as questões políticas e econômicas.
	Primeiro ciclo	Ensino e aprendizagem de História no primeiro ciclo; objetivos de História para o primeiro ciclo; conteúdos de História para o primeiro ciclo - eixo temático “História local e do cotidiano” (a localidade, comunidade indígena), conteúdos comuns às temáticas históricas; critérios de avaliação de História para o primeiro ciclo.
	Segundo ciclo	Ensino e aprendizagem de História no segundo ciclo; objetivos de História para o segundo ciclo - eixo temático “História das organizações populacionais” (deslocamentos populacionais, organizações e lutas de grupos sociais e étnicos, organizações políticas e administrações urbanas; organização histórica e temporal), conteúdos comuns às temáticas históricas; critérios de avaliação de História para o segundo ciclo.
	Orientações didáticas	Orientações didáticas gerais; problematizações; trabalho com documentos; trabalho com leitura e interpretação de fontes bibliográficas; o tempo no estudo da História (o tempo cronológico, o tempo da duração, ritmos de tempo); recursos didáticos (atividades com o tempo, estudos do meio).

Fontes: Elaborado com base em:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Considerado no todo, os PCNs de História para o ensino fundamental representam um avanço para o nosso ensino, porque busca nortear o currículo de ensino em nível nacional, baseado nas novas concepções educativas, que emergiram das lutas e discursões, no período de redemocratização, entres os diversos atores envolvidos na historiografia e no ensino de história.

De acordo com Freitas (2010), os PCNs enfrentam “um rosário de críticas”, que entre tantas podem ser destacas duas: A primeira é o desprezo dos PCNs pela historicidade dos

conceitos. Cidadania, por exemplo, é veiculado como se a noção não mudasse com o tempo. Outro problema é a iniciativa de eleger eixos temáticos e de listar conteúdos. Essa prática homogeneiza a experiência histórica brasileira e subtrai parte da autonomia do professor na seleção das problemáticas e do conhecimento a ser trabalhado com seus alunos.

“Um currículo de História é sempre processo e produto de concepções, visões, interpretações, escolhas de alguém ou de algum grupo em determinados lugares, tempos, circunstâncias. Assim, os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História — sejam aqueles selecionados por formuladores das políticas públicas, pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, sejam os construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula — expressam opções, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos; enfim, relações de poder.” (FONSECA, 2010, p. 2-3)

Percebe-se, portanto, que mesmo tendo ocorrido constantes transformações na educação brasileira nas últimas décadas, uma busca considerável por melhorias no modelo de ensino, algo que também é realidade no ensino de História, esta não tem demonstrado, pelo menos no momento, ser suficientemente capaz de resolver os verdadeiros gargalos do ensino. Isto não quer dizer que não tenhamos o que comemorar no nosso campo educacional e principalmente no ensino fundamental de História.

Pode-se observar no quadro abaixo as transformações ocorridas no ensino de história no Brasil no transcorrer do tempo histórico, fornecido por: Schmidt; Cainelli, 2004.

Quadro 2 – As transformações do ensino de História no Brasil			
	Ensino tradicional	Ensino de Estudos Sociais	Tendências atuais
Visão da ciência	Preocupação com o estudo dos fatos, neutralidade do historiador e da explicação histórica. Ênfase na história dos fatos políticos e na história como produto da ação de indivíduos, de heróis. História considerada como ciência que estuda exclusivamente o passado.	Interdisciplinaridade das ciências sociais (História, Geografia, Antropologia e Sociologia). Predomínio do ensino de Estudos Sociais. Estudo das sociedades no transcorrer do tempo como objetivo do ensino.	História como história de todos os homens, e não somente de heróis. Inclusão de novas contribuições historiográficas: história econômica, cultural e social. Análise do fato histórico substituída por outras possibilidades, como análise do processo histórico e da experiência dos sujeitos da história. Incorporação dos novos temas e objetos da História, como a história das mulheres, a das crianças e a dos movimentos sociais.
Função do ensino	Estudo das origens, da genealogia das nações. Objetivo de formar o cidadão para a pátria e construir identidades nacionais. Estudo dos legados, principalmente daqueles da civilização européia. Compreensão da nação brasileira	Integração do educando em um meio cada vez mais amplo. Estudo da história do presente, evitando o estudo do passado pelo passado. Formação de cidadãos para a sociedade em desenvolvimento, de-	Contribuição para a construção da cidadania. Desenvolvimento de raciocínios historicamente corretos. Aquisição de capacidade de análise da relação presente-passado. Apreensão da pluralidade de memórias, e não somente da memória nacional. Preocupação com as finalidades do ensino da História no mundo contemporâneo.

	como fruto da integração entre três raças: branca, índia e negra.	mocrática e industrial.	
Relação professor x aluno	Professor como transmissor do saber histórico verdadeiro, pronto e acabado. Aluno como receptor passivo do conhecimento histórico transmitido pelo professor.	Aluno como centro do ensino. Professor como facilitador da aprendizagem. Relação baseada na vigilância do aluno pelo professor.	Importância do domínio do conteúdo específico pelo professor, que deve ser comprometido com o aluno e mediador entre este e o conhecimento histórico. Professor como responsável pela intermediação entre o aluno e o percurso para produção do conhecimento histórico. Aluno como sujeito de seu próprio conhecimento e do conhecimento histórico.
Conteúdo	Organização de forma linear, cronológica, baseada principalmente na periodização política e baseada em fontes escritas. História narrativa e descritiva. Conteúdos selecionados com base em visões "oficiais" da História. Valorização das datas comemorativas.	Fragilização do conteúdo específico da História. Valorização da aprendizagem baseada no desenvolvimento de atividades. Livros didáticos em que predominam ilustrações. Simplificação do conhecimento histórico. Currículos organizados em "círculos concêntricos": família, escola, bairro, cidade, país e mundo.	Recuperação da historicidade do conhecimento histórico. Conteúdo histórico como produto do saber-fazer específico. Novas possibilidades de organização curricular para o ensino da História, como a história temática e o ensino por conceitos. Valorização do conteúdo e de visões plurais e críticas da História. Incorporação de novas produções de historiadores.
Método	Formal e abstrato, sem relação com a vida do aluno. Conteúdos e métodos sem o objetivo de desenvolver a criticidade. Predomínio do "ponto" (texto sobre determinado conteúdo), questionário, testes de múltipla escolha e exercícios com lacunas a serem completadas.	Baseado no ensino por atividade. Ênfase na pesquisa e no trabalho em grupos.	Tem como referência a própria ciência. Recuperação do método da História em sala de aula. Preocupação com a transposição didática: relação entre saber científico, saber a ser ensinado, saber ensinado, saber aprendido e prática social. Valorização do uso de documento histórico em sala de aula. Incorporação de novas linguagens e tecnologias no ensino da História, como análise de filmes e uso da informática.
Avaliação	Avaliação centrada no professor. Avaliação de resultados, do produto da aprendizagem, baseada na memorização de informações transmitidas pelo professor. Avaliação classificatória.	Baseada em objetivos previamente propostos. Avaliação do processo, e não do conteúdo.	Diagnóstica, processual, formativa. Busca o crescimento do aluno, e não sua classificação e exclusão.
Fonte: SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 15.			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o propósito de analisar o processo de construção e elaboração de políticas públicas educacionais gerais, com ênfase para o ensino de História nos anos iniciais no Brasil.

O trabalho é marcado pela preocupação com definições teóricas e metodológicas de conceitos e temas, considerados chaves para o ensino de História, bem como com os significados históricos e sociais referentes aos conteúdos da disciplina.

As diversas mudanças ocorridas no ensino no Brasil e, principalmente, as relacionadas com o ensino de História, produziu um ensino, entendido como o resultado da ação de diferentes grupos, setores ou classes de toda a sociedade. Fazendo desse um tema que inspira preocupação, sendo seu estudo, análise e discussão na atualidade uma das condições necessárias para tomada de decisões futuras acerca do modelo educacional, tendo em vista que este se encontra em constante evolução.

A pesquisa conduziu à percepção de uma História que, mesmo apresentando elementos advindos de um ensino “tradicional”, constituída e baseada na estrutura da história do sistema capitalista europeu, oferece, entretanto, de maneira muito clara, a leitura de uma situação de transformação, onde, os PCNs (1997, p.38) apontam que o estudo e ensino de História nas séries iniciais devem partir da história do cotidiano da criança em seu tempo e espaço, incluindo contextos históricos, partindo do tempo presente e denunciando a existência de tempos passados, e modos de vida e costumes diferentes do que se conhece.

Desse modo, faz-se necessário que o ensino de História, articulado com as demais disciplinas escolares, possa proporcionar aos alunos a capacidade de realizar uma reflexão crítica, a fim de que os indivíduos se reconheçam como agentes históricos. Entendendo a História como o resultado da ação de diferentes grupos, setores e ou classes de toda a sociedade. Portanto, é indispensável que o aluno conheça a história da humanidade como a história da produção/ação de todos os homens e não como resultado da ação ou das ideias de alguns poucos.

Esta pesquisa contribuirá para outros trabalhos que vierem a ser desenvolvidos, com conteúdo relacionado à temática abordada, pois a mesma está inteiramente ligada às questões relacionadas ao ensino de História nas séries iniciais. Além de oferecer a todos informações relativas a

história do ensino no Brasil, e de forma particular do ensino de História no Brasil, contribuindo para a análise da realidade em que ocorre o processo educativo no país. Pretende-se, ainda, contribuir através dos resultados alcançados com a pesquisa, para a compreensão da realidade vivida pelas comunidades escolares e a formação de uma base teórica que sirva como instrumento para a criação e implementação de políticas públicas que busquem o desenvolvimento do ensino e da educação.

ABSTRACT

Teaching is to create possibilities for production and construction of knowledge, particularly teaching history has not been an easy task, however, has presented a real challenge for our society to secure a teaching history, able to lead our young people to reflect and interfere consciously in the reality of their community. Thus, this work has as main purpose to analyze the process of building and developing educational policies, with emphasis on the teaching of history in the early years in Brazil, with the major changes that occurred in the history of the teaching field, resulting from political clashes, caught philosophical and educational mainly from the democratization of the country to the present day and present the search for drawing up a curriculum "uniform" for the teaching of history, which can guarantee students an effective teaching in the face of new global reality and voracious that lives.

Keywords: Education, History, History teaching.

REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história, São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 7/2010. Brasília: publicado no D.O.U. de 9/7/2010, Seção 1, Pág.10.

CASCUDO, Luís da Câmara, Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Bloch,1968.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: Conteúdos, Abordagens e Metodologias. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Itamar. Fundamentos Teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

LIBANIO, Jose Carlos. Democratização da escola publica: a pedagogia critico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1987.

IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=3&i=P>. Acessado em 20 de Janeiro de 2016.

MARX, Karl. O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte. In: _____; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s. d. p. 203-285.

PORTELA, Patrícia de Oliveira. Apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas de documentação da ABNT: informações básicas. Universidade de Uberaba, Uberaba – MG, 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Perfil de Seu Município. Natal: IDEMA, volume 8, 2005. Disponível em: http://www.Idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_1.asp. Acessado em: 10 de Dezembro de 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SIQUEIRA, Osvaldo Luís Meza. Os Caminhos do Ensino de História no Brasil. Curitiba: Monografias - Universidade Tuiuti do Paraná, 2010, p. 309-326.